



SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA XXVIII SIC

paz no plural



Evento	Salão UFRGS 2016: SIC - XXVIII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2016
Local	Campus do Vale - UFRGS
Título	Capacidades estatais e adesão das Prefeituras brasileiras a Programa federal de expansão da educação infantil
Autor	RAFAEL STEFFENS MARTINS
Orientador	LETICIA MARIA SCHABBACH

TÍTULO DO TRABALHO: Capacidades estatais e adesão das Prefeituras brasileiras a Programa federal de expansão da educação infantil

Autor: Rafael Steffens Martins
Orientadora: Letícia Maria Schabbach
Instituição de origem: UFRGS

O objetivo deste trabalho é verificar se a existência prévia e a magnitude das capacidades estatais dos governos municipais que são necessárias ao desenvolvimento de políticas locais de educação infantil impactam na decisão das Prefeituras em participar do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (PROINFÂNCIA). Este Programa federal, instituído em 2007, disponibiliza assistência financeira aos municípios brasileiros e ao Distrito Federal para a construção, reforma e aquisição de equipamentos e mobiliários de/para creches e pré-escolas da rede pública de ensino. Este trabalho faz parte de pesquisa mais abrangente que analisa a implementação do PROINFÂNCIA em 5.565 municípios brasileiros.

A adoção por governos locais de programas e projetos formulados em níveis superiores de governo é um ponto nevrálgico da implementação local de políticas federais. Além dos incentivos oferecidos aos executores e as estratégias de indução efetivadas pelos níveis superiores de governo, as características da própria política, o contexto geral e as condições socioeconômicas, institucionais e político-administrativas dos municípios também são fatores que podem explicar tal adoção (ARRETCHE, 1996; SOUZA, 2004; BERMAN, 2007). Dentre estes últimos aspectos inserem-se as capacidades estatais em produzir políticas públicas voltadas à educação infantil que as Prefeituras detêm ou não, e, em caso de as possuírem, em maior ou menor extensão.

A noção de capacidade estatal remete à habilidade de um Estado em estabelecer objetivos e poder cumpri-los. As capacidades incluem, por um lado, certas áreas e conteúdos de políticas apontadas como centrais ao desenvolvimento. Por outro lado, tais capacidades abrangem a dimensão político-burocrática, no tocante à definição de políticas, à sua implementação e acompanhamento, bem como ao esforço de coordenação dos diversos segmentos e iniciativas em execução durante determinado período. (BOSCHI; GAITÁN, 2012).

Embora este conceito abranja diversas dimensões do poder estatal (CINGOLANI, 2013), selecionamos para este estudo a perícia dos governos municipais quanto às competências fiscais e administrativas/de implementação de políticas. Em outras palavras, aplicaremos este conceito à capacidade, mais geral, de arrecadação de impostos e à capacidade, mais específica, de produção (formulação e implementação) de políticas municipais de educação infantil (EI).

As dimensões e variáveis que operacionalizam a categoria “capacidades estatais” nesta pesquisa são: a) capacidade fiscal (% da receita proveniente de impostos); b) capacidade de formulação de políticas de EI (existência de Plano Municipal de Educação com referência à EI); c) capacidade de implementação de políticas municipais de EI (despesas = % das despesas com EI sobre despesas totais em educação; docentes = Razão entre o número de professores de creche ou de pré-escola e o número de crianças de 0 a 5 anos).

Na linha destas considerações, supõe-se que os municípios com valores mais altos nas variáveis representativas das capacidades estatais recorram mais ao PROINFÂNCIA.

A metodologia utilizada foi a regressão logística que teve como variável dependente dicotômica a “adesão ao PROINFÂNCIA no período 2009-2012”. As unidades de análise compreendem todos os municípios brasileiros, para os quais, além da variável dependente, foram calculados indicadores socioeconômicos, institucionais e políticos a partir de dados secundários obtidos em diversas fontes. Através da regressão logística identificaremos as chances de adesão ao PROINFÂNCIA dos municípios brasileiros no período selecionado, considerando-se o conjunto das variáveis independentes, que, além das que representam as “capacidades estatais” acima citadas, incluem variáveis de controle: PIB *per capita*, Índice de GINI, tamanho populacional,

demanda e oferta em educação infantil, alinhamento partidário com o governo federal, dentre outras.

Como hipótese supõe-se que as capacidades estatais têm um impacto moderado frente à participação do partido do prefeito na coalizão federal, a qual já se mostrou altamente influente em resultados anteriores da pesquisa (SERRES, 2015).

Referências

ARRETCHE, Marta. **Políticas sociais no Brasil: descentralização em um estado federativo**. Trabalho apresentado no XXI Encontro da Latin American Studies Association, 1996.

BERMAN, Paul. El estudio de la macro y micro-implementación. In: VILLANUEVA, Luis F. Aguilar. **La implementación de las políticas**. México: Miguel Ángel Porrúa, 2007. p. 281-317.

BOSCHI, R.; GAITÁN, F. **Brasil e os atores emergentes em perspectiva comparada: capacidades estatais e a dimensão político-institucional**. Brasília: CDES; Ipea, 2012. (Documento para Discussão). Disponível em: <<http://www.cdes.gov.br/documento/3314870/brasil-e-os-atores-emergentes-em-perspectiva-comparada-capacidades-estatais-e-a-dimensao-politico-institucional-29112012.html>>, Acesso em 05 de junho de 2016.

CINGOLANI, Luciana. **The State of State Capacity: a review of concepts, evidence and measures**. Working Paper Series on Institutions and Economic Growth: IPD WP13. Maastricht: Maastricht Economic and social Research institute on Innovation and Technology, 2013.

SERRES, Thauana de Freitas. **Ideologia, alinhamento partidário e adesão de municípios a programas sociais federais**. Trabalho apresentado e avaliado como destaque na sessão "Partidos políticos e competição eleitoral", do XXVII Salão de iniciação científica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS: 22 de outubro de 2015. Orientadora: Letícia Maria Schabbach.

SOUZA, Celina. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 27-41, 2004.